



Cristina Gallo

Estudantes pedem recursos do pré-sal para educação 3

Manifestação em frente ao Congresso exige aplicação de 50% dos recursos em educação pública básica e superior

Alvaro Dias teme farra com verbas olímpicas

Para senador, MP que cria Autoridade Pública Olímpica, enviada à Câmara, é

afrenta à Lei de Licitações e abre brechas para fraudes e superfaturamentos. 4

Senado autoriza R\$ 90 milhões extras para o seguro agrícola 3

CRE aprova indicações para a Tunísia e a Venezuela

Diplomatas Luiz Antonio Fachini Gomes e José Antonio Marcondes de Carvalho foram sabatinados pelos senadores. 2



J. Freitas

Indicado para embaixador na Venezuela, José Antonio Marcondes de Carvalho (à esq., com o senador Eduardo Azeredo) foi sabatinado ontem na CRE

Demostenes: Ficha Limpa não alivia condenados

Senador garante que alterações feitas pela Casa no projeto foram apenas de redação e que não mudam espírito da lei



Jane Araújo

Demostenes alega que emendas apenas ajustaram o tempo verbal

Relator do projeto Ficha Limpa na CCJ, o senador Demostenes Torres afirmou ontem, em Plenário, que o Senado não modificou o espírito da lei ao fazer um ajuste de redação no texto da proposta aprovada na quarta-

feira à noite. Segundo ele, o texto é "muito bom", atende perfeitamente "às demandas da sociedade" e não abre qualquer brecha para aliviar punições de políticos que já tenham sido condenados, ao contrário do que a imprensa noticiou ontem. 3

Aprovado na CRE, diplomata indicado para posto em Caracas afirma que é possível aumentar presença econômica do Brasil e promete acompanhar situação política

Embaixador quer ampliar exportações à Venezuela

A DIVERSIFICAÇÃO DA pauta de exportações do Brasil e a garantia de pagamento por parte do governo venezuelano de serviços prestados por empresas brasileiras naquele país estarão entre os temas prioritários do futuro embaixador em Caracas, ministro de primeira classe José Antonio Marcondes de Carvalho, cuja indicação foi aprovada ontem na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Ele também pretende dar atenção, como disse em sua sabatina, à situação política da Venezuela – que terá eleições parlamentares neste ano – e ao desenvolvimento da região fronteira, além de estimular o intercâmbio cultural entre os dois países.

Marcondes de Carvalho, cuja indicação recebeu parecer fa-

vorável do relator, Renato Casagrande (PSB-ES), disse que a Venezuela é o sexto principal destino das nossas exportações,

» Área: 912.050 km²
 » População: 26.814.843
 » PIB per capita: US\$ 13.100
 » Capital: Caracas

MAR DO CARIBE

Caracas

Venezuela

Colômbia

Brasil

Fonte: CIA World Factbook

e empresas nacionais lá realizam obras de infraestrutura no valor total de US\$ 20 bilhões. Essas empresas enfrentam, como recordou o senador Heráclito Fortes (DEM-PI), o atraso nos pagamentos a que têm direito.

A mesma preocupação foi demonstrada pelo presidente da comissão, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que também quis saber a opinião do embaixador indicado a respeito do presidente da Venezuela, Hugo Chávez. Em resposta, Marcondes informou que a embaixada brasileira tem tido “boa receptividade” ao pedir agilidade nos pagamentos a empresas nacionais, apesar da queda na atividade econômica da Venezuela. Mas disse que não caberia a ele emitir “juízo de valor” sobre Chávez.

Mão Santa reitera crítica ao governo petista no Piauí



Mão Santa

um “terremoto”.

O senador criticou o ex-governador Wellington Dias, do PT, que deixou o cargo para se candidatar nas eleições deste ano, sendo substituído por Wilson Martins, do PSB.

– Um governo do PT é desgraça muita – disse Mão Santa, para quem “três coisas são feitas apenas uma vez na vida: nascer, morrer e votar no PT”.

Arns propõe análise de dados sobre deficiência



Flávio Arns

da qual é presidente, que solicite a uma universidade do país a análise dos números sobre deficientes no Brasil obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo o instituto, 14,5% dos brasileiros têm alguma deficiência, seja física ou mental. O senador disse que o objetivo é esclarecer como o IBGE chegou a esse número.

Quintanilha destaca luta dos agentes comunitários



Leomar Quintanilha

Leomar Quintanilha (PMDB-RO) registrou a presença de centenas de agentes comunitários de saúde na Câmara dos Deputados, na última quarta-feira, para acompanhar audiência pública sobre o projeto (PL 7495/96) que cria 5.365 empregos públicos de agente de combate às endemias. A proposta regulamenta dispositivos do artigo 198 da Constituição.

– Essa categoria vem se organizando e alcançando algumas vitórias. Estão trabalhando para terem o piso nacional – disse.

Indenização à UNE recebe o apoio de Marco Maciel



Marco Maciel

Relator do projeto que reconhece a responsabilidade do Estado brasileiro pela destruição da sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro, Marco Maciel (DEM-PE) destacou que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) acatou na quarta-feira o seu parecer favorável à aprovação.

Pela proposta (PLC 19/10), a União indenizará em R\$ 30 milhões a UNE como reparação pelo incêndio que destruiu sua sede em 1º de abril de 1964.



Eduardo Azeredo, entre Fachini Gomes (E), indicado para a Tunísia, e Marcondes de Carvalho, aprovado para a Venezuela

Aprovado nome de diplomata para a embaixada da Tunísia

A CRE também aprovou parecer favorável à mensagem presidencial de indicação do ministro de segunda classe Luiz Antonio Fachini Gomes para o cargo de embaixador brasileiro na Tunísia. O relator da mensagem foi Roberto Cavalcanti (PRB-PB).

Fachini disse que pretende “elevar o perfil” das relações bilaterais a um nível semelhante ao das relações entre o Brasil e países próximos à Tunísia, como Argélia e Egito. Ele ressaltou ainda que a Tunísia

tem apoiado posições internacionais do governo brasileiro, como o combate à pobreza e à fome no mundo.

Ao lembrar que Fachini já exerceu o cargo de embaixador em Teerã, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que a atuação do Brasil e da Turquia em defesa de um acordo com o Irã, a respeito de seu programa nuclear, pode ter descontentado países que, a seu ver, teriam preferido discutir apenas entre eles que atitude tomar diante da situação.

» Área: 163.610 km²
 » População: 10.486.339
 » PIB per capita: US\$ 8.000
 » Capital: Túnis

MAR MEDITERRÂNEO

Túnis

Tunísia

Argélia

Líbia

Fonte: CIA World Factbook

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Discursos parlamentares

9h A sessão é não deliberativa e destinada a pronunciamentos dos senadores. Entre os inscritos, estão Cristovam Buarque (PDT-DF), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Serys Shlessarenko (PT-MT).

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
 1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
 2º Vice-Presidente: Serys Shlessarenko
 1º Secretário: Heráclito Fortes
 2º Secretário: João Vicente Claudino
 3º Secretário: Mão Santa
 4º Secretário: Patrícia Saboya
 Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
 Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mozarildo Cavalcanti • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
 Chefe de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
 Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
 Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda

Revisão: André Falcão, Fernanda Vídgal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sílvio Burler

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Cristina Gallo

Deputados e senadores realizam sessão conjunta para votar créditos suplementares

Seguro agrícola obtém reforço orçamentário de R\$ 90 milhões

O Ministério da Agricultura contará com reforço de R\$ 90 milhões para suplementar despesas com o pagamento do seguro agrícola neste ano, recursos que vão permitir o atendimento de mais 30 mil produtores rurais que tiveram perdas em suas atividades. O projeto que autoriza a abertura desse crédito suplementar (PLN 5/10) foi aprovado ontem pelo Congresso.

Os parlamentares também acolheram outra proposta de crédito suplementar (PLN 11/10), no valor de R\$ 24,3 milhões, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia. Os dois projetos vão à sanção.

A ampliação das despesas do seguro rural é necessária, segundo o Ministério da Agricultura, porque as dotações aprovadas

para o Orçamento deste ano são insuficientes para atender à demanda dos produtores.

O Ministério da Ciência e Tecnologia, por sua vez, usará o crédito de R\$ 24,3 milhões para suplementar o orçamento do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), empresa vinculada à pasta.

De acordo com a análise do relator, deputado Arnon Bezerra (PTB-CE), os recursos atuais ficaram abaixo das necessidades, já que o Orçamento não levou em conta investimentos para modernizar e ampliar a capacidade de produção de equipamentos de produção de semicondutores recebidos em doação há cinco anos. A maior parte do crédito será coberta com o cancelamento de outras despesas.

Redistribuição de recursos no setor do turismo

Recursos oriundos de emendas individuais alocados ao Ministério do Turismo para realização de eventos poderão ser aplicados em outras atividades do setor, mas em município estipulado pelo parlamentar que apresentou a emenda. O entendimento consta de acordo firmado em sessão conjunta do Congresso Nacional em torno do projeto que trata da destinação de R\$ 442,7 milhões vinculados a emendas individuais no orçamento do Ministério do Turismo.

Os parlamentares decidiram adiar a votação da proposta para a próxima semana. Pelo acordo, os recursos deverão financiar infraestrutura turística, mas os autores das emendas indicarão os municípios que receberão os projetos.

Em entrevista à Agência Senado, o deputado Gilmar Machado (PT-MG), vice-líder do governo no Congresso, disse que os parlamentares terão prazo para designar os municípios até o meio-dia de terça-feira. No caso de substituição de cidade originalmente atendida, serão criadas ações novas, em projeto de crédito especial à parte.

Homenagem a personalidades em direitos humanos

O Plenário aprovou a criação da Comenda Dom Helder Camara, com a qual o Senado agradecerá personalidades que tenham oferecido contribuição relevante à causa dos direitos humanos no Brasil. A indicação dos candidatos, acompanhada do respectivo currículo e justificativa, deverá ser feita à Mesa até 1º de agosto. A comenda será conferida anualmente a cinco personalidades, durante sessão especial.

O projeto vai à promulgação. O autor da proposta, José Nery (PSOL-PA), destacou o papel de dom Helder, ex-arcebispo de Recife e Olinda, como um dos fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1952, e do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), em 1955.

Eduardo Suplicy (PT-SP) citou o engajamento do religioso na luta pela erradicação da fome.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse que dom Helder tinha uma "coragem serena" e pregou "resistência pacífica" contra o regime militar. Valter Pereira (PMDB-MS) afirmou que o ex-arcebispo de Recife e Olinda era uma figura franzina, mas dotada de grande autoridade.

Senador assegura que emendas de redação feitas pelo Senado não abrem brecha para aliviar punições de políticos e candidatos que já tenham sido condenados

Demostenes: "Ficha Limpa aprovado é muito bom"

O RELATOR DO projeto Ficha Limpa, senador Demostenes Torres (DEM-GO), garantiu que o texto aprovado pelo Plenário na quarta-feira é "muito bom" e atende perfeitamente às demandas da sociedade. Ele negou que tenha sido aberta qualquer brecha para aliviar punições de quem já foi condenado, como foi noticiado ontem.

– Avaliar assim é coisa de quem não leu o texto aprovado na Câmara e nem o que foi votado pelo Senado. Houve apenas uma adequação de linguagem, de tempo verbal – afirmou.

Conforme observou, havia divergência de tempo verbal na redação de nove incisos que tratam dos casos de inelegibilidade: alguns diziam que são inelegíveis "os que tenham sido..." e outros "os que forem...".

– O que fizemos, com emenda de redação, foi transformar tudo em "os que forem condenados", que é a expressão que consta da lei atual, a Lei Complementar 64/90 – disse.



José Anílio

Demostenes, relator na CCJ, defendeu mudança como "apenas uma adequação de tempo verbal"

Para ele, a futura lei vai mudar os parâmetros das campanhas eleitorais.

– Aquela turma do mensalão alegava que o dinheiro não era fruto de corrupção, sendo

apenas 'caixa dois'. Pois o 'caixa dois' passa a ser crime punido com inelegibilidade – exemplificou.

O senador concorda com a avaliação de que cerca de 25% dos atuais pré-candidatos poderão ser atingidos pela nova legislação, depois de sancionada.

– Há casos de políticos que já tiveram sentença transitada em julgado e que estão em fase de recurso. Se perderem o recurso, ficarão inelegíveis. Vai ter o esperto que será condenado em primeira instância durante a campanha e não vai recorrer, alegando que

não foi julgado por órgão colegiado. Pois também esse ficará inelegível, porque o texto fala em sentença transitada em julgado ou condenação por órgão colegiado – explicou.

Jayme Campos: parlamentares fizeram história com aprovação

O senador Jayme Campos (DEM-MT) disse que os parlamentares fizeram história ao aprovar, na noite de quinta-feira, o PLV 2/10, que concede reajuste de 7,72% às aposentadorias e acaba com o fator previdenciário.

– Estamos reescrevendo a história, devolvendo aos aposentados a dignidade que lhes foi subtraída com o fator previdenciário – disse.

Apesar de o governo argumentar que o fator previdenciário impede a concessão de aposentadorias precoces e auxi-

lia o equilíbrio das contas públicas, "não existe equilíbrio fiscal que valha a fome do povo". Da mesma forma, declarou, "não existe gestão eficiente que custe a desesperança dos aposentados", que nos últimos anos de vida se tornam "párias da sociedade, tendo suas aposentadorias solapadas pelo "desumano e injusto fator previdenciário".

Jayme Campos disse ainda que deputados e senadores atuaram com coragem, como "verdadeiros juizes de uma contenda", revendo conceitos ao



Waldemir Borreto

Estamos devolvendo dignidade aos aposentados, afirma Jayme Campos

promover a extinção do redutor da aposentadoria. Ele também salientou sua esperança de que o presidente Lula sancione o texto sem vetos.



Cristina Gallo

Manifestantes dizem que mobilização vai durar até 8 de junho, data de votação de projeto no Senado

Em defesa de recursos do pré-sal para educação

Estudantes promoveram ontem nova manifestação em frente ao Congresso, em defesa da aplicação de 50% dos recursos do Fundo Social, a ser criado com recursos do pré-sal, na educação básica e superior públicas. Segundo líderes do movimento, a mobilização deve incluir encontro com parlamentares e prosseguir até 8 de junho,

data prevista para a votação no Senado do projeto que cria esse fundo (PLC 7/10).

A reivindicação dos estudantes sensibilizou Fátima Cleide (PT-RO), Ideli Salvatti (PT-SC) e Inácio Arruda (PCdoB-CE), autores de emenda ao PLC 7/10 destinando metade da receita do fundo para programas educacionais públicos.

Atraso nos prazos, na opinião do senador, não justifica liberar estatais de licitações para obras da Copa e das Olimpíadas abrindo portas para fraudes e superfaturamento

Alvaro quer derrubada da MP que cria autoridade olímpica

A MEDIDA PROVISÓRIA 489/10, que cria a Autoridade Pública Olímpica e deverá chegar em breve ao Senado, é uma afronta à Lei de Licitações (Lei 8.666/93) e à Constituição, afirmou ontem em Plenário o senador Alvaro Dias (PSDB-PR). Ele anunciou que seu partido irá lutar pela derrubada da medida.

A pretexto do atraso nos prazos exigidos pelo Comitê Olímpico Internacional, avaliou o senador, a MP abre diversas brechas para fraudes e superfaturamento, ao criar um regime especial de contratações sem o rigor exigido pela lei.

– Esse era um grande receio. O país está atrasado em relação às providências a adotar para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Utiliza o pretexto do atraso para abrir as portas para a corrupção, passando a ideia de



Alvaro Dias anuncia que seu partido irá lutar para que a MP não prospere.

que o objetivo é dar celeridade às providências necessárias. A MP não pode prosperar – declarou.

Em reportagem do jornal *O Globo* de ontem, destacada pelo senador, especialistas analisam que a MP possibilita à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) contratar obras nos aeroportos para a Copa sem licitação.

Embora estatais possam utilizar regime especial de contratação de obras e serviços, isso não poderia ser feito por MP, porque as obras relativas à Copa “são um evento e não uma entidade pública”.

Alvaro Dias mencionou ainda o desalento de aposentados e pensionistas do fundo de pensão Aerus, à espera da liberação de suas contribuições.

Waldemir Barreto

Yanai aponta vantagens na construção de Belo Monte

O senador Jorge Yanai (DEM-MT) defendeu ontem em Plenário a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, Pará.

Comparando as características de Belo Monte com as de Itaipu, Jorge Yanai destacou várias vantagens em favor da futura hidrelétrica, entre as quais a pequena população a ser realocada – 3 mil famílias contra 10 mil na construção de Itaipu, concluída em 1984.

Jorge Yanai chamou a atenção ainda para o fato de que a potência a ser instalada de 11 GW, menor que a de 14 GW de Itaipu, será suficiente para colocar Belo Monte como a maior usina hidrelétrica inteiramente brasileira, visto que Itaipu está localizada na fronteira entre Brasil e Uruguai.

O parlamentar manifestou



Jorge Yanai

sua satisfação por compor a Subcomissão de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Ele informou que o colegiado deverá examinar nos próximos meses as questões

sociais, técnicas, econômicas e ambientais associadas à construção da usina, oferecendo importante contribuição para demonstrar a viabilidade do empreendimento.

– A subcomissão contribuirá para o aperfeiçoamento da aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável, com a busca incessante de atendimento às necessidades do trinômio progresso, homem e ambiente. Escolhi o tema para falar hoje porque considero as usinas hidrelétricas um dos fatores mais importantes para o progresso de nosso país – disse.

Heráclito afirma que Lula “mais uma vez” enganou os prefeitos

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) afirmou que o governo federal mais uma vez enganou os prefeitos, que realizaram a 13ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. O encontro, encerrado ontem, reuniu cerca de 4 mil dirigentes municipais, que apresentaram reivindicações ao Executivo e ouviram os pré-candidatos à Presidência da República.

O senador assinalou que a mobilização serviu para que

os prefeitos avaliassem as intenções e o preparo de cada pré-candidato. Ele disse que a ex-ministra Dilma Rousseff reclamou do fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e prometeu criar um imposto para substituí-lo. Mas “hoje já vem com um desmentido de meia-sola”, afirmou o senador.

– O que o brasileiro hoje quer menos ouvir falar é em aumento de carga tributária, em criação



Heráclito critica declaração de Dilma sobre extinção da CPMF

de impostos. E a candidata da Presidência, nem sequer começou a sua campanha de fato, já vem querendo restabelecer impostos com alegações frágeis.

Genaldo Magalhães

Paulo Duque defende ampliação do uso da energia nuclear

Paulo Duque (PMDB-RJ) defendeu ontem a ampliação do uso da energia nuclear no Brasil, argumentando que essa é uma fonte de energia segura, pouco poluidora, confiável e que funciona bem.

– Para que não haja mais o chamado apagão, que é o atraso, o subdesenvolvimento, e não combina mais com os tempos modernos – declarou.

Paulo Duque disse que é preciso ser otimista como ele e não



Paulo Duque

se deixar levar pelo discurso “preconceituoso” dos ambientalistas que só creem na ocorrência de acidentes e vazamento de material nuclear.

O senador lembrou que duas usinas nucleares já em funcionamento no Rio de Janeiro fornecem 58% da energia consumida naquele estado, ressaltando que, em mais de duas décadas de operação, nunca ocorreu um acidente.

Waldemir Barreto

Zambiasi pede atenção para fronteiras



Sérgio Zambiasi

Problemas como a violência urbana e o narcotráfico, enfrentados nas periferias das grandes cidades, estão vinculados à ausência de políticas públicas específicas para as regiões de fronteira. A opinião é do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que apelou ao governo federal para que dê atenção a essas regiões do país. Ele elogiou a decisão do governo federal de lançar um plano nacional de combate ao crack, mas alertou que os objetivos de combater a questão da droga não serão alcançados se não houver esforços para evitar a sua entrada pelas fronteiras.

Augusto aplaude campanha contra o uso do crack



Augusto Botelho

Em pronunciamento no Plenário, Augusto Botelho (PT-RR) registrou ontem o anúncio, pelo presidente Lula, de um conjunto de medidas destinadas a combater o aumento do uso do crack, droga derivada da cocaína que se tem alastrado de forma acelerada por todas as regiões do país.

Uma das medidas do governo, segundo Augusto Botelho, prevê a criação de centros de tratamento para viciados em regiões de grande consumo de crack, além de 11 postos especiais na fronteira com países da América do Sul, por onde ocorre o tráfico de drogas.

Funasa é suspeita de desvios em RR, alerta Mozarildo



Mozarildo Cavalcanti

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) leu da tribuna carta enviada em 30 de março pelos servidores da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em Roraima ao Ministério Público Federal denunciando corrupção no órgão. Até o último dia 6 – quando mandaram uma cópia para o parlamentar –, nenhuma providência havia sido tomada.

Entre as denúncias, está a contratação pela Funasa de motoristas terceirizados sem necessidade, suspeita de desvio de combustível, notas fiscais frias por serviços de lanternagem e obras paralisadas em reservas indígenas.

Genaldo Magalhães

Reflorestamento impulsiona MS, diz Marisa Serrano



Marisa Serrano

Marisa Serrano (PSDB-MS) afirmou ontem que o reflorestamento em regiões apropriadas “supera as desconfianças do passado” e se mostra perfeitamente ajustado aos conceitos modernos de produção. Em Mato Grosso do Sul, segundo a senadora, o setor começa a impulsionar a indústria, estimulando os setores de papel e celulose, metalurgia e pequenas indústrias de móveis.

Todo esse processo, conforme Marisa Serrano, está gerando um ambiente de grande prosperidade para o estado, com perspectivas excelentes para os próximos 30 anos.

Mário Couto denuncia desvio de R\$ 1 bi no Pará



Mário Couto

Baseado em auditoria realizada pela Auditoria-Geral do Pará, o senador Mário Couto (PSDB-PA) denunciou ontem o desvio de mais de R\$ 1 bilhão no governo do estado, R\$ 900 milhões só na Secretaria da Educação. Ele responsabilizou a governadora Ana Júlia Carepa (PT).

Couto disse que a auditora, nomeada pela própria governadora, constatou que 80% de todas as obras e serviços foram contratados sem licitação. O resultado foi entregue à assembleia legislativa pela auditora, que pediu demissão “com vergonha”, segundo o senador.

Virgílio: centro de produtos chineses ameaça Manaus

Arthur Virgílio (PSDB-AM) alertou ontem que a instalação de um “centro de distribuição” de eletrônicos, máquinas agrícolas e produtos domésticos

chineses em Boa Vista ameaça o Polo Industrial de Manaus.

– Se os chineses querem mesmo trazer seus produtos para o Brasil, que arquem com o

Imposto de Importação. Sua presença na região Norte, com favores tributários, ameaça o Polo Industrial de Manaus e não convém ao país.



Arthur Virgílio

Genaldo Magalhães